Diário Oficial

ESTADO DE SÃO PAULO

v. 96

n. 103

São Paulo

quarta-feira, 4 de junho de 1986

PODER EXECUTIVO

DECRETOS

DECRETO N.º 25.317, DE 2 DE JUNHO DE 1986

Dispõe sobre concessão da Ordem do Ipiranga

FRANCO MONTORO, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e na qualidade de Grão Mestre da Ordem do Ipiranga, e

considerando a ação destacada do 2.º Grupamento de Incêndio do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo, integrante do Sistema Estadual de Defesa Civil,

Decreta:

Artigo 1.º — Fica conferida, nos termos do artigo 1.º, parágrafo único, do Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 52.078, de 24 de junho de 1969, alterado pelo Decreto n.º 16.297, de 3 de dezembro de 1980 e Decreto n.º 25.292, de 30 de maio de 1986, ao 2.º Grupamento de Incêndio do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo, a Ordem do Ipiranga, em seu grau único.

Artigo 2.º — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 2 de junho de 1986.

FRANCO MONTORO

Luiz Carlos Bresser Pereira, Secretário do Governo

Publicado na Secretaria de Estado do Governo, aos 2 de junho de 1986.

DECRETO N.º 25.318, DE 3 DE JUNHO DE 1986

Dispõe sobre concessão de subvenção às instituições assistenciais que especifica

FRANCO MONTORO, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e à vista da deliberação do Conselho Estadual de Auxílios e Subvenções,

Decreta:

Artigo 1.º — É concedida subvenção de Cz\$ 18.349.000,00 (dezoito milhões, trezentos e quarenta e nove mil cruzados) às seguintes instituições assistenciais:

I — D.R. 01 — GRANDESÃO PAULO	Cz\$
a) Capital	
1. Sociedade de Beneficência Hospital Matarazzo (Ex-Humberto 1.º) e Casas de Saúde Matarazzo	17.974.000,00
II — D.R. 05 — CAMPINAS	
a) Rio Claro	
1. Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Rio Claro	375.000,00

Artigo 2.º — A despesa com a execução do disposto neste decreto correrá através do Código 11.04.01.15.81.486.2.143 — Categoria Econômica 3.0.0.0 — Elemento 3.2.3.1.9.0 — outras subvenções sociais do Conselho Estadual de Auxílios e Subvenções do orçamento do corrente exercício.

Artigo 3.º — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 3 de junho de 1986.

FRANCO MONTORO

Carlos Alfredo de Souza Queiroz, Secretário da Promoção Social

Luiz Carlos Bresser Pereira, Secretário do Governo

Publicado na Secretaria de Estado do Governo, aos 3 de junho de 1986.

AGENDA DO GOVERNADOR

Dia 4 de junho — Quarta-feira

9h	Gravação de programa para televisão.
10h	Reunião sobre segurança nas escolas.
12h	Assina mensagem de projeto de lei que estabelece concursos públicos para provimento de cargos dos serventios extrajudiciais.
15h30	Despachos Administrativos.
16h	Participa do encerramento da Semana do Meio Ambiente — SESC-Pompéia — Rua Clélia, 93.
18h	Assina convênio do Secretaria da Habitação com 22 Municípios — Salão dos Protos.

Seção I

Esta edição de 64 páginas contém os atos normativos e de interesse geral.

Secretarias.....	3	Concursos.....	27
Universidades.....	17	Assembléia Legislativa...	43
Ministério Público.....	19	Diário dos Municípios....	60
Tribunal de Contas.....	20	Prefeituras.....	60
Editais.....	21	Boletim Federal.....	62

DECRETO N.º 25.319, DE 3 DE JUNHO DE 1986

Estabelece normas para o credenciamento dos integrantes da "Guarda Civil Metropolitana", da Capital

FRANCO MONTORO, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

Decreta:

Artigo 1.º — As credenciais dos integrantes da "Guarda Civil Metropolitana" da Capital poderão ser impressas e preenchidas pela própria Municipalidade, reservado espaço para assinatura da autoridade policial competente para autorização de porte de arma em serviço, seja esta usada ou não.

Artigo 2.º — Uma vez preenchidos tais impressos, serão encaminhados à Divisão de Registros Diversos do Departamento Estadual de Polícia Científica, com o esclarecimento de que os credenciados preenchem os requisitos do artigo 3.º do Decreto n.º 25.265, de 29 de maio de 1986.

Artigo 3.º — O Departamento Estadual de Polícia Científica arquivará cópia dos credenciamentos e os devolverá à Municipalidade no prazo de 72 (setenta e duas) horas.

Artigo 4.º — Verificado qualquer impedimento para determinado credenciamento, o Departamento o comunicará, de imediato, à Municipalidade, para as providências cabíveis.

Artigo 5.º — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 3 de junho de 1986.

FRANCO MONTORO

Eduardo Augusto Muzlaert Antunes,

Secretário da Segurança Pública

Luiz Carlos Bresser Pereira, Secretário do Governo

Publicado na Secretaria de Estado do Governo, aos 3 de junho de 1986.

DECRETO N.º 25.320, DE 3 DE JUNHO DE 1986

Cria e organiza Centros de Convivência Infantil na Coordenadoria dos Estabelecimentos Penitenciários do Estado, da Secretaria da Justiça, e dá providências correlatas

FRANCO MONTORO, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no artigo 89 da Lei n.º 9.717, de 30 de janeiro de 1967, considerando o Programa de Centros de Convivência Infantil das Secretarias de Estado e Entidades Descentralizadas, reformulado pelo Decreto n.º 22.865, de 1.º de novembro de 1984, e diante da exposição de motivos do Secretário da Justiça,

Decreta:

Artigo 1.º — São criados, no Centro de Recursos Humanos da Administração Penitenciária, da Coordenadoria dos Estabelecimentos Penitenciários do Estado, da Secretaria da Justiça, 3 (três) Centros de Convivência Infantil, assim destinados:

I — 1 (um) ao atendimento de filhos de funcionárias e servidoras da sede da Coordenadoria;

II — 1 (um) ao atendimento de filhos de funcionárias e servidoras dos estabelecimentos penitenciários da região do Carandiru e do Centro de Recursos Humanos da Administração Penitenciária;

III — 1 (um) ao atendimento de filhos de funcionárias e servidoras dos estabelecimentos penitenciários de Franco da Rocha.

Parágrafo único — Os Centros de Convivência Infantil são unidades de natureza interdisciplinar, com nível de Seção Técnica, diretamente subordinadas ao Diretor do Centro de Recursos Humanos da Administração Penitenciária.

Artigo 2.º — Os Centros de Convivência Infantil têm as atribuições previstas no artigo 7.º do Decreto n.º 22.865, de 1.º de novembro de 1984.

Artigo 3.º — Os Chefes dos Centros de Convivência Infantil têm, em suas respectivas áreas de atuação, as competências previstas nos artigos 207, 209, 214, 218 e 230 do Decreto n.º 13.412, de 13 de março de 1979.

Artigo 4.º — Os Centros de Convivência Infantil poderão receber, também, crianças, filhos de funcionárias e servidoras de outros órgãos públicos estaduais, instalados em áreas próximas à localização dos mesmos, desde que haja vaga.

Artigo 5.º — O Diretor do Centro de Recursos Humanos da Administração Penitenciária definirá, mediante portaria e ouvido o grupo de Planejamento e Controle, da Coordenadoria dos Estabelecimentos Penitenciários do Estado, normas complementares relativas ao funcionamento dos Centros de Convivência Infantil que lhe são subordinados.

Artigo 6.º — O Secretário da Justiça promoverá a adoção gradativa, de acordo com as disponibilidades orçamentárias e financeiras, das medidas necessárias para a efetiva implantação dos Centros de Convivência Infantil previstos neste decreto.

Artigo 7.º — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 3 de junho de 1986.

FRANCO MONTORO

José Carlos Dias, Secretário da Justiça

Luiz Carlos Bresser Pereira, Secretário do Governo

Publicado na Secretaria de Estado do Governo, aos 3 de junho de 1986.

DECRETO N.º 25.321, DE 3 DE JUNHO DE 1986

Cria e organiza o Centro de Convivência Infantil da Delegacia Regional Tributária de São José do Rio Preto e dá providências correlatas

FRANCO MONTORO, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no artigo 89 da Lei n.º 9.717, de 30 de janeiro de 1967, considerando o Programa de Centros de Convivência Infantil das Secretarias de Estado e Entidades Descentralizadas, reformulado pelo Decreto n.º 22.865, de 1.º de novembro de 1984 e diante da exposição de motivos do Secretário da Fazenda,

Decreta:

Artigo 1.º — É criado, na Delegacia Regional Tributária de São José do Rio Preto, da Diretoria Executiva da Administração Tributária, da Coordenação da Administração Tributária, da Secretaria da Fazenda, 1 (um) Centro de Convivência Infantil, diretamente subordinado ao Delegado Regional Tributário.

Parágrafo único — O Centro de Convivência Infantil é unidade de natureza interdisciplinar com nível de Seção Técnica.

Artigo 2.º — O Centro de Convivência Infantil tem as atribuições previstas no artigo 7.º do Decreto n.º 22.865, de 1.º de novembro de 1984, observado o artigo 2.º e seu parágrafo único, do mesmo decreto.

Artigo 3.º — O Chefe do Centro de Convivência Infantil tem, em sua área de atuação, as competências de que trata o artigo 3.º do Decreto n.º 23.802, de 15 de agosto de 1985.

Artigo 4.º — O Centro de Convivência Infantil poderá aceitar, também, matrículas de filhos de funcionárias e servidoras de outros órgãos públicos estaduais, desde que haja vaga.

Artigo 5.º — O Delegado Regional Tributário de São José do Rio Preto definirá, mediante portaria, normas complementares relativas ao funcionamento do Centro de Convivência Infantil.

Artigo 6.º — Ficam excluídos das atribuições da Seção de Atividades Auxiliares-DRT-8-A-3, do Serviço de Administração, da Delegacia Regional Tributária de São José do Rio Preto, os serviços relativos à creche previstos no artigo 73-D do Decreto n.º 51.197, de 27 de dezembro de 1968, com a redação dada pelo artigo 1.º do Decreto n.º 52.461, de 5 de junho de 1970.

Artigo 7.º — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 3 de junho de 1986.

FRANCO MONTORO

Marcos Giannetti da Fonseca, Secretário da Fazenda

Luiz Carlos Bresser Pereira, Secretário do Governo

Publicado na Secretaria de Estado do Governo, aos 3 de junho de 1986.

DECRETO N.º 25.322, DE 3 DE JUNHO DE 1986

Classifica os Grupos de Planejamento Setorial para efeito de arbitramento de gratificação aos seus integrantes

FRANCO MONTORO, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e à vista da manifestação do Secretário da Administração,

Decreta:

Artigo 1.º — Para efeito de arbitramento da gratificação a que se refere o Decreto-lei n.º 152, de 18 de setembro de 1969, os Grupos de Planejamento Setorial ficam classificados no Grupo "B", de acordo com o artigo 1.º do Decreto-lei n.º 162, de 18 de novembro de 1969.

Artigo 2.º — A gratificação devida aos integrantes dos Grupos referidos no artigo anterior, por sessão a que comparecerem será calculada à razão de 16% (dezesseis por cento) do valor do padrão I-A da Tabela I da Escala de Vencimentos 1, instituída pela Lei Complementar n.º 247, de 6 de abril de 1981.

Parágrafo único — Os Supervisores das Equipes Técnicas dos Grupos de Planejamento Setorial passam a fazer jus à gratificação de que trata este artigo.

Artigo 3.º — Não excederá a 4 (quatro) por mês o número de sessões remuneradas.

Artigo 4.º — As despesas decorrentes da aplicação deste decreto correrão à conta das dotações próprias consignadas no Orçamento-Programa vigente.